

O endurecimento do regime

Ao valer-se do poder conferido pelo AI-5, o general Médici impôs ao país o período mais duro do regime militar.

O general Emílio Garrastaz Médici, eleito sucessor do general Artur da Costa Silva, definia assim a democracia: “Um mero processo técnico para a promoção da felicidade coletiva”.

Começava a era do “Ninguém segura este país”, ou ainda, “Ame-o ou deixe-o”. A este último slogan a sociedade, indignada com a mudança de curso que o Brasil tomara, completava: “O último a sair apaga a luz do aeroporto”. Médici era gaúcho, como Costa e Silva, descendia de italianos e bascos, foi chefe do Estado-Maior de Costa e Silva na década de 50, quando o ex-presidente era comandante da 3ª Região Militar. Comandou a Academia Militar das



agulhas Negras, apoiou o movimento de 1964 e, depois da queda de João Goulart, foi nomeado adido militar do Brasil em Washington. Chefiou o SNI quando Costa e Silva chegou à presidência. O núcleo mais forte do governo Médici foi formado por Antônio Delfim Netto, como ministro da Fazenda; coronel Mério Andreazza, dos Transportes; professor João Leitão de Abreu, que praticamente cuidava da articulação interna e do cotidiano do governo. Ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, cabia evitar qualquer turbulência que agitasse a área política.

1969

Charles de Gaulle renuncia à presidência da França quando suas propostas de reforma constitucional são rejeitadas.

O Departamento de Defesa dos EUA cria a internet, que somente a partir da década de 80 é aberta ao público em geral.

1970

O presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos, envia tropas ao Camboja para atacar as bases militares comunistas.

Anuar Sadat é eleito presidente do Egito.

Cerca de 10 mil mulheres marcham nos Estados Unidos pela igualdade de direitos.

São fabricadas nos EUA as primeiras fibras óticas, finíssimas fios de vidro capazes de conduzir sinais luminosos.

Os que participavam de reuniões matinais com o presidente eram: general Carlos Alerto Fontoura, chefe do SNI; general João Baptista Figueiredo, chefe do gabinete Militar; e, novamente, Leitão de Abreu, do Gabinete Civil. Eles discutiam, à espera da palavra final do presidente, desde as casações de políticos até o estabelecimento do limite de 200 milhas de mar territorial para o Brasil. Foi Médici quem deflagrou os critérios para a escolha dos candidatos aos governos estaduais: por consenso, caso de Antônio Carlos Magalhães, na Bahia, que contava com o apoio de todas as correntes arenistas e boa dose de popularidade, e por imposição, como em São Paulo, onde a indicação de Laudo Natel veio de cima para baixo, já que a Arena paulista estava fracionada.

Sob Médici o Poder Legislativo virou entidade homologática do Executivo. Eram 310 deputados e 66 senadores que se entregavam a um mecanismo novo, o do voto de liderança. Ou seja, em projetos importantes cada parlamentar era obrigado a votar como determinava o líder do partido



Quem se desviasse da decisão poderia perder o mandato e tornar-

se inelegível. Por essa forma, o governo entrava em contato com o líder do DB sempre que queria que um tema fosse evitado no plenário. Em última instância, existia o AI-5 nas mãos do governo, que acabou por escolher o ex-chefe de Polícia do Estado Novo, senador Filinto Müller, para presidir o Congresso e, mais tarde, dirigir a Arena. Apesar disso, alguns parlamentares reuniram-se no Grupo dos Autênticos, do MDB, ainda que pouco pudessem fazer a não ser marcar posição.

Bilhete tampão

Era proibido deixar espaços brancos em jornais ou revista no lugar onde sairia alguma matéria vetada pela censura. Dessa forma adotou-se a prática de preenchê-los com vesos de Camões (O Estado de S. Paulo), receitas de bolo (Jornal da Tarde), ou com o símbolo da empresa, como fazia VEJA, que cobria os espaços censurados com o árvore que serve de marca da Editora Abril. Os bilhetes, diários nos meios da comunicação, vetavam todo e qualquer assunto que pudesse instigar a opinião pública contra o governo. Alguns exemplos são: “Está proibida a publicação do decreto de Dom Pedro I, (...) do séc. passado, abolindo a Censura no Brasil” (6/9/1972); “Está proibida a divulgação de notícias(...) sobre negativa da Câmara de Ponta Grossa, Paraná, em conceder ao presidente Garrastazu Médici o título de ‘Cidadão Ponta-grossense’” (26/6/1973); “Fica proibida a divulgação de notícias (...) sobre (...) denúncias feitas pelo senador Edward Kennedy (EUA) sobre torturas no Brasil” (12/7/1973).

A imprensa pouco podia informar devido à rigorosa censura, que era diária, constante, minuciosa e, para quem não cumprisse suas determinações, era também prévia. Essas e outras atitudes levaram setores a optar pela luta armada. Pego de surpresa quando esperava retornar à legalidade, o PCB tinha abandonado, na prática, o rigor de clandestinidade. O repentino bloqueio de canais legais gerou uma crise profunda no partido, dando origem a cisões. Vejo então a dissidência estudantil da Guanabara, que originou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); a dissidência de São Paulo, que se aglutinaria em torno de Carlos Marighella, morto em novembro de 1969, e Joaquim Câmara, originando a Ação Libertadora Nacional (ALN); do grupo Corrente, como dissidência da dissidência, surgiu o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, além de outras organizações. Em sua grande maioria, os integrantes eram rapazes e moças saídos do movimento estudantil e militares expurgados

